

Um estudo sobre a realidade sociolinguística de comunidades indígenas de Goiás e do Amazonas

Nunes Xavier da Silva¹

Ligiane Pessoa dos Santos Bonifácio²

¹ Doutorando em Letras, Ensino de Língua e Literatura, pela Universidade Federal do Tocantins - UFT, Campus Araguaína. Mestre em Letras, área de Concentração em Estudos Linguísticos (2017), pela Universidade Federal de Goiás - UFG, Goiânia. Especialista em Metodologia e Ensino de Língua Portuguesa e Literatura, Faculdade Católica de Anápolis (2009) e em Gênero e Diversidade na Escola, UFG, (2015). Licenciado em Letras Português/Inglês (2003), UEG - Universidade Estadual de Goiás. E-mail: nunessofia@hotmail.com

² Professora Adjunta III da Universidade Federal do Amazonas. Doutora em Linguística (UFRJ), Mestre em Ciências da Linguagem (UNISUL), Especialista em Língua Portuguesa com Ênfase em Produção Textual (UFAM), Licenciada em Letras - Língua e Literatura Portuguesa (UFAM). E-mail: ligiane@ufam.edu.br

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a realidade sociolinguística de comunidades indígenas de Goiás e do Amazonas, com vistas à identificação do uso e função que exercem as línguas faladas em duas regiões distintas do Brasil, bem como a compreensão da dinâmica e motivação para que essa situação linguística figurasse nessas localidades. Por se tratar de uma investigação sobre realidade sociolinguística em comunidades de fala, este trabalho adotou como fundamento teórico os trabalhos Labov (2008 [1972]), Hamel (1984), entre outros. O desenho metodológico do estudo foi composto dos seguintes elementos: revisão bibliográfica, pesquisa etnográfica e participante, aplicação de questionários feitos por Bonifácio (2019) nas comunidades Bom Jardim do Passé e Vendaval, anotação em diários de campo, sistematização, comparação e análise dos dados, levando-se em consideração o fundamento teórico de nosso estudo. Como resultados, temos a seguinte realidade sociolinguística: no município de Aruanã, em Goiás, são utilizadas as línguas Inyubé, Português Brasileiro, Libras e outras línguas de sinais, além de idiomas de estrangeiros imigrantes e de turistas que visitam a cidade. A língua oficial e de uso geral na cidade é o Português Brasileiro; Inyubé é de uso restrito ao povo Iny nas duas terras indígenas, Buridina e Budburè. A paisagem sociolinguística da cidade de Aruanã contempla minimamente as línguas indígenas, com pouca presença do Iny. Há presença do Tupi no nome de algumas ruas e em estabelecimentos comerciais. Em Vendaval e em Bom Jardim do Passé, duas comunidades indígenas pertencentes ao município de São Paulo de Olivença, no Amazonas, apresentam realidades distintas entre si. Em Vendaval, uma das maiores comunidades indígenas do Amazonas, identificamos monolingüismo acentuado em Tikuna e, em Bom Jardim do Passé, uma das menores comunidades indígenas, identificamos uma situação de perda linguística do Tikuna, em detrimento do Tikuna, mas com uma tentativa de moradores de reverter essa situação linguística. Esperamos, com este trabalho, contribuir para a composição do painel da realidade linguística no Brasil.

Palavras-chave: Realidade Sociolinguística. Comunidades Indígenas. Uso de línguas indígenas. Uso de língua portuguesa. Função das línguas.

Abstract

This work has as objective analyze the sociolinguistic reality of indigenous communities in Goiás and Amazonas, with a view to identifying the use and function of the languages spoken in two different regions of Brazil, as well as understanding the dynamics and motivation for this situation linguistics figure in these localities. As it is an investigation about sociolinguistic reality in speech communities, this work adopted the works Labov (2008 [1972]), Hamel (1984), among others, as a theoretical foundation. The methodological design of the study was composed of the following elements: bibliographic review, ethnographic and participant research, application of questionnaires made by Bonifácio (2019) in Bom Jardim do Passé and Vendaval communities, annotation in field diaries, systematization, comparison and data analysis, taking into account the theoretical foundation of our study. As a result, we have the following sociolinguistic reality: in the county of Aruanã, in Goiás, the languages Inyubé, Brazilian Portuguese, Libras and other sign languages are used, in addition to languages of foreign immigrants and

tourists visiting the city. The official and commonly used language in the city is Brazilian Portuguese; Inyubé is for use restricted to the Iny people in the two indigenous lands, Buridina and Budburè. The sociolinguistic landscape of the city of Aruanã contemplates the indigenous languages minimally, with little presence of Iny. Tupi is present in the name of some streets and in commercial establishments. In Vendaval and Bom Jardim do Passé, two indigenous communities belonging to the municipality of São Paulo de Olivença, in Amazonas, present different realities. In Vendaval, one of the largest indigenous communities in Amazonas, we identified accentuated monolingualism in Tikuna and, in Bom Jardim do Passé, one of the smallest indigenous communities, we identified a situation of linguistic loss of Tikuna, to the detriment of Tikuna, but with an attempt by residents to reverse this linguistic situation. We hope, with this work, to contribute to the composition of the panel on linguistic reality in Brazil.

Keywords: Sociolinguistic Reality. Indigenous Communities. Use of indigenous languages. Use of Portuguese. Language function.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar a realidade sociolinguística de comunidades indígenas de Goiás e do Amazonas, com vistas à identificação do uso e função que exercem as línguas faladas em duas regiões distintas do Brasil, bem como a compreensão da dinâmica e motivação para que essa situação linguística figurasse nessas localidades. Assim evidenciaremos todo contexto linguístico evidenciado por essas comunidades, pois sua língua, sua cultura, sua epistemologia e cosmovisões são pouco evidenciadas. Ver os espaços, suas mudanças com o passar dos tempos, pois língua e cultura, língua e contexto social caminham lado a lado, ambos se completam:

Labov (2008, p.21) afirma que o ponto de vista inicial para o estudo sociolinguístico é o de que não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre. Partindo desta afirmação concluímos que as duas comunidades pesquisadas, cada qual com sua realidade e situação sociolinguística, são vistas de formas peculiares, onde as vozes das comunidades pesquisadas são particularmente respeitadas.

Portanto, as diversidades sociolinguísticas existentes nestes dois estados, evidenciam conforme Silva (2017) que, a língua está em constante transformação, alicerçando a cultura e a epistemologia dos povos indígenas, elucidando suas variantes e ao mesmo tempo mostrando o quanto o Português Brasileiro sobressai como língua majoritária, dando a ideia de que vivemos num país monolíngue. As marcas da colonização europeia perpassam os séculos, ignorando as mais de 275 línguas existentes em nosso país.

1 A REALIDADE SOCIOLINGUÍSTICA DE ARUANÃ-GO

A cidade de Aruanã é entendida e abordada neste estudo como um espaço sociolinguisticamente complexo, porque nela convivem os indígenas ¹Iny, povos bilíngues em Inyubé e Português Brasileiro, imigrantes europeus da Espanha e de Portugal, surdos com Libras e com uma língua de sinais diferente de Libras, aprendendo Libras na escola, e migrantes oriundos das áreas rurais de Aruanã.

Dado que a cidade de Aruanã, com toda a sua diversidade, está situada no território histórico do povo Iny, sua história se vincula e se confunde com a desse povo indígena, cuja

¹ Esse povo indígena se autodenomina Iny, que significa "nós" em sua língua. O nome Karajá não é a autodenominação original, é um nome tupi que se aproxima do significado de "macaco grande". "As primeiras fontes do século XVI e XVII, embora incertas, já apresentavam as grafias "Caraiaúna" ou

"Carajaúna". Ehrenreich, em 1888, propôs "Carajahá", mas Krause, em 1908, consagrou a grafia Karajá. Informações disponíveis em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/karaja/364>>.

origem é anterior à chegada dos colonizadores portugueses. A história anterior à chegada dos colonizadores é baseada no testemunho oral dos Iny e reflete sua cosmologia e sua epistemologia, por meio de seus mitos.

O objetivo desta seção é apresentar o levantamento da realidade sociolinguística do município, obtido por meio da pesquisa de campo realizada para dissertação de mestrado. Com o levantamento, justifica-se e demonstra-se que Aruanã é uma comunidade sociolinguisticamente complexa.

No município, são utilizadas as línguas Inyubé, Português Brasileiro, Libras e outras línguas de sinais, além de idiomas de estrangeiros imigrantes e de turistas que visitam a cidade. A língua oficial e de uso geral na cidade é o Português Brasileiro; Inyubé é de uso restrito ao povo Iny nas duas terras indígenas, Buridina e Budburè. O Português de Aruanã é marcado na pragmática e, muito provavelmente, em outros níveis de uso da linguagem, pela língua Iny (esses são tomos de pauta de futuras pesquisas). Da mesma forma, o Português falado pelos estudantes oriundos das áreas rurais também carece de ser estudado com cuidado, pois traz marcas de diferenciação.

Nas mídias locais, bem como na escrita de circulação oficial, a língua empregada é a portuguesa, mas nunca há tradução ou interpretação para o Inyubé ou para Libras. O Português é também a língua de ensino nas Redes Municipal e Estadual de Educação, exceto na Escola Indígena Maurehi, da Terra Indígena Buridina, em que a língua de ensino é a Inyubé, e o Português é língua ensinada. Nos espaços escolares, nas escolas dos sistemas oficiais de ensino, à exceção da Rede Municipal e dos cursinhos “livres”, há ensino e uso da Língua Inglesa.

É importante destacar que nem todo surdo sabe Libras, pois muitos deles usam outros sinais que são aprendidos em casa, na convivência com a família. Não há surdos nas terras indígenas Iny, portanto não há língua Iny de sinais. A Libras também circula na

cidade, mas com pouca visibilidade, assim como a língua Iny.

A paisagem sociolinguística da cidade de Aruanã contempla minimamente as línguas indígenas, com pouca presença do Iny. Há presença do Tupi no nome de algumas ruas e em estabelecimentos comerciais. A língua Tupi foi a língua falada pelos grupos indígenas de parte do litoral sudeste brasileiro, mais propriamente do leste do atual estado de São Paulo, ao longo do Tietê. De acordo com Lobato (2006), foi documentada no século XVI por Anchieta e no século XVII, por outros estudiosos.

A escrita oficial e administrativa é feita em Português Brasileiro, com exceção dos topônimos de algumas ruas que são em Tupi. As escritas em espaços públicos, como fórum, escolas, igrejas, etc., são predominantemente em Português Brasileiro.

Na nomeação das ruas, há esforços por homenagear os povos indígenas, porém sempre na língua Tupi. Conforme dados levantados nesta pesquisa, pude encontrar dezenove nomes de ruas e um de estabelecimento comercial em Tupi, a pesquisa da origem dos nomes foi feita no Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa de Antenor Nascentes (1995) e do Dicionário da Universidade Unoeste (2014). 1. Rua das “Araras”, do tupi-guarani, arará, pássaro grande. 2. Rua “Aroeira”, árvore velha. 3. Rua das “Bacabas”, palmeira de fruto oleosa. 4. Rua “Gravatá”, palmeira de folha dura. 5. Rua “Humaitá”, pedra preta. 6. Rua “Iracema”, eira = mel, e sema = saída, então, saída, vinda do mel. 7. Rua “Kamaiurás”, Tribo indígena que vive na região dos formadores do Xingu, entre a lagoa Ipavu e o rio Culuene (MT). 8. Rua “Macauba”, fruto do sertão. 9. Rua “Mangabeira”, árvore que produz coisa boa de comer. 10. Rua “Paineira”, fruto entrançado. 11. Rua “Peroba”, casca amarga. 12. Rua “Tapajós”, tribo indígena da região do rio Tapajós, significado: aldeões. 13. Rua “Tucunaré”, amigo da árvore.



FIGURA 1 - Placa de endereço



Fonte: Foto feita pelo autor Nunes.

O topônimo “araguaia”, nome de uma avenida da cidade, também é de origem Tupi, porém é uma homenagem ao rio que banha Aruanã e não uma homenagem ao povo indígena Tupi. O nome do rio, em Inyrubé, é Berohokÿ, que significa rio grande, em Português Brasileiro.

FIGURA 2 - Placa de endereço



Fonte: Foto feita pelo autor Nunes.

O topônimo “javaés”, denominação de outra avenida de Aruanã, também de origem Tupi, é uma homenagem aos Javaé, um dos povos Jê.

FIGURA 3 - Placa de endereço



Fonte: Foto feita pelo autor Nunes.

O topônimo “xavantes”, é denominação de outra avenida de Aruanã, de origem Tupi, é uma homenagem aos Xavante, um dos povos Jê. Os Iny denominam esse povo de Yrysa e os Xavante, por sua vez, se autodenominam A'wën.

FIGURA 4 - Placa de endereço



Fonte: Foto feita pelo autor Nunes.

O topônimo “Karajá”, denominação de outra avenida de Aruanã, também de origem Tupi, é uma homenagem aos Iny, que vivem na cidade. As três etnias homenageadas pelas nomeações que aparecem nos endereços de Aruanã são da família Jê, tronco Macro-Jê. Todavia, os nomes que as representam são de origem Tupi.

FIGURA 5 - Placa de endereço



Fonte: Foto feita pelo autor Nunes.

O topônimo “Abaeté” também é denominação de outra avenida de Aruanã, também de origem Tupi, sua tradução para o Português Brasileiro é pessoa boa, pessoa honrada.

FIGURA 6 - Placa de estabelecimento comercial



Fonte: Foto feita pelo autor Nunes.

O topônimo “Acauã”, de origem Tupi, cujo significado em Português Brasileiro é “ave que mata as cobras e sustenta com elas seus filhos”, é a denominação de um hotel em Aruanã. Perguntei à dona do estabelecimento o porquê do nome e ela respondeu que foi uma forma

que encontrou para homenagear os Iny que vivem aqui.

No caso da nomeação do hotel, a dona do estabelecimento quis homenagear os indígenas locais e deu um nome indígena ao hotel. Todavia o nome “acauã” é de origem Tupi e os Iny são de origem Macro-Jê, distintos e distantes dos Tupi, mas a senhora do hotel não sabe disso. O que importa é que ela quis, conscientemente, homenagear os indígenas e o indígena, no imaginário sociolinguístico e toponímico brasileiro e também no goiano, é Tupi.

Outro fato de suma importância, constatado na pesquisa, diz respeito à atitude sociolinguística dos Iny em relação à língua Inyrubé. Os Iny gostam muito de futebol, atuam em times da cidade, disputam campeonatos. Em Buridina, há um pequeno campo para diversão de todos, onde os indígenas interagem em Iny, quando estão jogando. Perguntei a um deles: por que no ambiente social, fora de sua comunidade, não usavam a língua Iny. Ele respondeu que é porque sempre foram muito discriminados com o uso de sua língua, por isso evitam usá-la fora de suas comunidades, fora de seu espaço. A esse respeito, Hamel (1984, p. 120) afirma que, “em situação diglôssica, não existe apenas uma diferenciação funcional aparentemente neutra entre as línguas, mas uma relação de conflito discursivo entre uma língua dominante e uma dominada”. Está evidente que há um conflito entre os falantes, pois a língua dominante, o Português Brasileiro, e a língua dominada, nesse caso, a Inyrubé, estão no mesmo território, mas ocupam diferentes espaços, o Português Brasileiro é reconhecido como de maior prestígio e domina os espaços. O domínio do Português Brasileiro leva ao estigma da língua Inyrubé e conseqüentemente leva os falantes a evitarem seu uso em espaços públicos de prestígio. Não há disputa de espaço, porque a Inyrubé já está silenciada nos

contextos em que o Português Brasileiro é (pre)dominante. O silenciamento da língua representa a intimidação do falante.

A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos - DUDL (OLIVEIRA, 2003), da qual o Brasil é signatário, afirma a importância de uma concepção da diversidade linguística e cultural que preserve os direitos linguísticos dos diferentes grupos “ao ensino da própria língua e da própria cultura”, que se oponha a tendências homogeneizadoras e a tendências para o isolamento como fator de exclusão. Porém, a DUDL não consegue garantir espaços de fala e merecimento de escuta a todos os povos igualmente, nem mesmo na escola, menos ainda nos espaços sociais fora da escola. Enfim, a cidade de Aruanã é um campo sociolinguisticamente complexo. Nele, encontram-se algumas línguas, cada qual com sua singularidade em relação ao contexto social. O português brasileiro é falado pela maioria da população, ao passo que as línguas minorizadas, como a Libras e a Inyrubé, são pouco visibilizadas no contexto da cidade.

1.1 A situação sociolinguística de Aruanã

Por ser Aruanã uma comunidade sociolinguisticamente complexa, em que cada grupo apresenta suas singularidades sociolinguísticas, cumpre evidenciar e problematizar a situação sociolinguística de cada grupo dentro dessa complexidade. Este é o objetivo desta seção.

Os Iny de Buridina são bilíngues, falam o Inyrubé e o Português Brasileiro. Por estarem no centro da cidade e por atenderem aos turistas que frequentam sua comunidade e visitam o museu², usam o Português Brasileiro com muita frequência.

² O museu situa-se na entrada da Terra Indígena Buridina e é onde os Iny comercializam artesanatos.



FIGURA 7 - Museu de Artesanato Iny na entrada da Terra Indígena Buridina



Fonte: Foto feita pelo autor Nunes.

Em 2004, foi implantada a Escola Estadual Indígena Maurehi em Buridina. Desde então, nessa escola o Iny é a língua de ensino para os alunos da primeira fase do Ensino Fundamental (GOIÁS [PPP-EEIMaurehi], 2016). Com isso, a língua Iny tornou-se mais usada na comunidade. A política linguística da escola se estendeu por toda a Terra Indígena.

O ensino de Inyrubé na Escola Estadual Indígena Maurehi é uma política de revitalização da língua que está inserida no Projeto de Educação e Cultura Indígena Maurehi, uma parceria da escola com a Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte de Goiás (SEDUCE), ofertado a todos os alunos matriculados do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental na Escola Estadual Indígena Maurehi. Os estudantes têm aulas de Inyrubé duas vezes por semana, ministradas por professores indígenas que trabalham com materiais que eles mesmos confeccionam ou com algum livro que eles produziram juntamente com a Universidade Federal de Goiás, sob a coordenação da professora Maria do Socorro Pimentel da Silva. Nas aulas, os professores conversam em Português e em Inyrubé. Para os estudantes, o Português Brasileiro é a primeira língua adquirida, mas não é a sua língua materna. Sua língua materna, a língua da afetividade, é a Inyrubé, a língua dos seus ancestrais.

Os Iny da Terra Indígena Budburè, situada fora da cidade, veio da Ilha do Bananal e de Buridina. O senhor Haru Iny afirmou que eles

são bilíngues, mas só usam o Português quando necessário; no geral, só falam Inyrubé. A Terra Indígena não possui escola e o ensino da língua Iny é no dia a dia, dentro da comunidade indígena. Por divergência entre os líderes das duas terras indígenas, os jovens de Budburè não frequentam a escola na Terra Indígena Buridina. A Terra Indígena Budburè está lutando para ter sua própria escola.

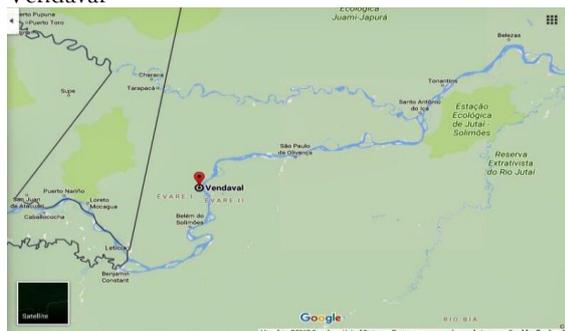
Os espaços públicos na sociedade aruanense são bem distintos, pois língua e sociedade delimitam seus espaços, a comunidade não enxerga esses grupos minorizados; enfim, a sociedade aruanense se vê como uma sociedade monolíngue e monocultural, os gestores da língua tentam anular a complexidade sociolinguística existente.

1.2 A situação sociolinguística das aldeias Vendaval e Bom Jardim do Passé: um olhar etnográfico

A partir da identificação feita por Bonifácio (2019) de duas realidades bastante distintas que foram identificadas por ela através de conversas em sala de aula e durante entrevistas feitas com professores Tikuna, quanto ao monolinguismo acentuado em Tikuna e à perda linguística do Tikuna em determinadas localidades que pertencem ao município de São Paulo de Olivença, Vendaval e Bom Jardim do Passé foram selecionadas para verificação *in loco* da realidade linguística dessas comunidades e a compreensão da dinâmica e motivação para que essa situação linguística figurasse nessas localidades.

Vendaval fica localizada a uma distância de 988 km da capital amazonense, Manaus, e a 78, 92 km da sede do município de São Paulo de Olivença. Veja mapa a seguir:

FIGURA 8 - Mapa com a localização da aldeia de Vendaval



Fonte: Google Maps.

A história³ da fundação da aldeia de Vendaval está diretamente relacionada à implantação da empresa seringalista na região, de propriedade do senhor Quirino Mafra. De acordo com Oliveira (2015), as relações econômicas na região de Vendaval foram mantidas pelas relações de trabalho na empresa seringalista por mais tempo que em outras regiões e, mesmo depois que a seringa foi abandonada, ainda havia uma relação de trabalho e submissão ao “patrão”, que proibia os índios de venderem ou comprarem em outro lugar que não fosse o barracão do patrão. Aliás, essa era a condição para que os índios pudessem morar nas terras dele. Eles compravam os produtos do “patrão” por um preço muito elevado e tinham que vender seus produtos a um preço muito inferior. Diante da situação de extrema exploração da mão-de-obra indígena sofrida pelos Tikuna, eles buscam apoio de instituições governamentais para ajudá-los na sua própria luta, a exemplo da FUNAI, CF-SOL, dentre outras.

Em 1971, após a passagem do Irmão José pela localidade de Vendaval é que começou a formação do aldeamento de Vendaval. Antes disso, havia, aproximadamente, uma meia dúzia de casas em torno do barracão, habitadas por não indígenas parentes ou apadrinhados do “patrão”. O Irmão José criou uma Irmandade da Santa Cruz em Vendaval e, em consequência dessa criação e de uma notícia

espalhada pelos seus seguidores de que estava se aproximando o fim do mundo e de que apenas seriam salvos aqueles habitantes próximos a uma Santa Cruz, muitos ticunas passaram a residir em Vendaval durante os anos de 1971 a 1973 (cf. OLIVEIRA, 2015).

Em 1975, a população de Vendaval era composta por 701 pessoas, sendo já àquela época, a maioria composta por indígenas e, incluindo a família do patrão, havia aproximadamente 60 pessoas não indígenas. Nesse ano, o conflito entre os Tikuna e o “patrão” foram se acentuando. Diante disso, iniciou-se a instalação de um posto indígena na localidade de Vendaval, na tentativa de diminuir as situações de conflito.

Hoje, Vendaval faz parte da terra indígena (TI) Eware I e tem a sua situação fundiária homologada. Segundo dados levantados pela Funai em 2010, a população de Vendaval, à época, era de aproximadamente 1.480 pessoas. É um aldeamento numeroso, segundo maior em população indígena Tikuna do município de São Paulo de Olivença, ficando atrás apenas do aldeamento de Campo Alegre, também localizado na TI Eware I e que tem uma população estimada em 4.765 Tikuna.

A partir dos registros no diário de campo de Bonifácio (2019), em Vendaval, há duas escolas municipais (*Taiwegüne* e *Ngaiügüü I Ticuna*) e uma escola estadual (*Pogüta*), há um posto da Funai, sem funcionamento à época em que a autora esteve na comunidade. Há um posto básico de saúde, uma igreja católica, uma igreja da Assembleia de Deus e uma da Cruzada. Nas escolas, os alunos têm aulas em língua Tikuna desde as séries iniciais até os anos finais do Ensino Fundamental e passam a ter aulas de línguas portuguesa no quinto ano do Ensino Fundamental até o Ensino Médio. No posto de saúde, há funcionários Tikuna, mas predominantemente, há servidores não indígenas e as interações com eles ocorre em língua portuguesa. Nas igrejas, as pregações e

³ Dados gerados a partir do conjunto de relatos dos moradores de Vendaval, dos professores Tikuna

entrevistados, também moradores de Vendaval, bem como de dados presentes em Oliveira (2015).

os cânticos são, predominantemente, em Tikuna, mas há também a ocorrência de falas em língua portuguesa.

Nas dez casas onde Bonifácio esteve conversando com as famílias, percebeu que, predominantemente, as crianças que ainda não começaram a frequentar a escola e as mulheres mais velhas não falam língua portuguesa, bem como alguns homens mais velhos. Geralmente, quem fala um pouco língua portuguesa são os adolescentes que já frequentam a escola, uma vez que seu contato mais intenso com essa língua na aldeia se dá via escola.

A fala dos dois professores com quem Bonifácio conversou, que são monolíngues em português e não são Tikuna, deixa ver suas impressões sobre o universo indígena na escola. Os professores afirmaram que têm dificuldade para ensinar a disciplina aos alunos a partir do quinto ano, porque estes não “dominam português”. Na fala de um dos professores, é importante que os alunos dominem mais o português porque se um dia forem estudar fora da aldeia, necessitarão “falar bem” e não vão precisar falar Tikuna na cidade. Há, nessa fala do professor, segundo nosso entendimento, uma imposição quanto ao aprendizado em português, com a supervalorização dessa língua em detrimento do Tikuna.

No diário de campo de Bonifácio, as anotações dizem respeito às seguintes observações: ao lavarem roupas na beira do igarapé, as mulheres conversam e cantam em Tikuna; ao tomarem banho no rio, as crianças falam em Tikuna; nos fins de tarde, ao brincarem de bola, as crianças e os adolescentes falam, torcem e xingam em Tikuna; durante as refeições, as famílias dialogam em Tikuna; ao realizarem trabalhos comunitários, como estar na roça ou tecer peneiro, as pessoas falam em Tikuna; na “voz comunitária”, os informes e a programação local é toda em Tikuna. Ao andar nas ruas de Vendaval, Bonifácio pode escutar músicas sendo reproduzidas em Tikuna,

algumas poucas em espanhol e outras tantas em português.

A percepção geral de Bonifácio foi a de que, na comunidade, é intenso o uso da língua Tikuna, o que aponta para a direção da vitalidade e manutenção dessa língua nessa localidade. Veja, a seguir, alguns registros que feitos por Bonifácio em Vendaval.

FIGURA 9: Em Vendaval



A. Mulher tecendo paneiro; B. Crianças e adolescentes brincando de bola; C. Mulheres lavando roupa e crianças se banhando na beira do igarapé; D. Dialogando com uma família em Vendaval.

Fonte: Arquivo pessoal da autora Bonifácio. Julho de 2017 e fevereiro de 2018.

Em Bom Jardim do Passé, Bonifácio (2019) identificou uma situação bem oposta à de Vendaval. Essa comunidade é habitada apenas por membros de uma família e conta com aproximadamente 64 pessoas distribuídas em sete casas. Há apenas uma escola municipal (Nossa Senhora de Fátima), que funciona na antiga sala da casa de um dos moradores. A terra ocupada por essa família ainda se encontra em processo de homologação.

Ao chegar à comunidade, Bonifácio também conversou com o cacique, solicitou e obteve autorização para realizar a pesquisa. Além de conversar com o cacique, que é o patriarca, Bonifácio também conversou com um neto e três filhos dele. Por meio das conversas e da observação, a autora identificou que houve uma decisão tomada pelo cacique no passado

de não transmitir a língua Tikuna aos seus filhos, os quais só entendem algumas palavras nessa língua, mas não falam, a exemplo de C.L.S., uma professora Tikuna que não fala fluentemente a língua Tikuna, apenas algumas palavras e frases nessa língua. Bonifácio ouviu que hoje os filhos se ressentem por não terem aprendido a língua Tikuna e que, juntamente com C.L.S. tentarão aprender a falar um pouco em Tikuna. Na escola, havia dois cartazes com palavras em Tikuna, um que continha a letra de uma música em Tikuna, que os alunos cantam com a professora e um outro cartaz com nomes de frutas, escritos em Tikuna. Tal fato já sinaliza para uma tentativa de fazer com que o Tikuna seja conhecido e implantado, paulatinamente, entre os membros da comunidade. Veja, abaixo, alguns registros feitos em Bom Jardim do Passé.

FIGURA 10 : Em Bom Jardim do Passé



A. Chegando a Bom Jardim do Passé; B. Cartazes com cântico e nome de algumas frutas em Tikuna; C. Moradias em Bom Jardim do Passé; D. Dialogando com alguns membros da família em Bom Jardim do Passé.

Fonte: Arquivo pessoal da autora Bonifácio. Julho de 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que localizadas na mesma região, identificamos duas comunidades indígenas com situações bem distintas quando à manutenção e perda linguística, como é o caso de Vendaval e Bom Jardim do Passé, no Amazonas.

Em Bom Jardim do Passé, a Língua Portuguesa é intensamente usada no ambiente familiar, religioso, na escola, nas brincadeiras, nos igarapés, na roça, na pesca, nos jogos, entre outros ambientes. Apenas um casal de idosos fala em Língua Tikuna entre si, mas com os demais familiares, eles falam em língua portuguesa. Já a língua Tikuna é usada na escola pela professora da comunidade e seus alunos em alguns horários dedicados à disciplina, em que se estuda nomes de algumas frutas e animais.

Possíveis motivações para que a realidade sociolinguística de Bom Jardim do Passé seja tal como é: intenso contato, atitude negativa em relação à língua Tikuna, deslocamento aos grandes centros urbanos é intenso e localidade, tendo em vista que Bom Jardim do Passé fica localizada a aproximadamente 20 km da sede do município de São Paulo de Olivença.

Já na comunidade de Vendaval, nossa percepção geral foi a de que é intenso o uso da língua Tikuna, o que aponta para a direção da vitalidade e manutenção dessa língua nessa localidade. Possíveis motivações: baixo contato, atitude positiva em relação à língua Tikuna, deslocamento aos grandes centros urbanos não é intenso, localidade: Vendaval fica localizada a uma distância de 988 km da capital amazonense, Manaus, e a 78, 92 km da sede do município de São Paulo de Olivença. Em Vendaval, uma das maiores comunidades indígenas do Amazonas, identificamos monolinguismo acentuado em Tikuna.

Em Bom Jardim do Passé, uma das menores comunidades indígenas, identificamos uma situação de perda linguística do Tikuna, mas com uma tentativa de moradores de reverter essa situação linguística.

Nossa percepção geral foi a de que, na comunidade Bom Jardim do Passé, é intenso o uso da língua Portuguesa, o que aponta para a direção de perda da Língua Tikuna nessa localidade. Os adolescentes e adultos usam apenas a língua Portuguesa. Tal situação se assemelha à da comunidade do Goiás.

O domínio do Português Brasileiro leva à inferiorização da Inyrubé e conseqüentemente leva os falantes a evitarem seu uso em espaços públicos de prestígio. Não há disputa de espaço, porque a Inyrubé já está silenciada nos contextos em que o Português Brasileiro é (pre)dominante. O silenciamento da língua representa a intimidação do falante.

A complexidade sociolinguística de Aruanã nos fez ir além, na busca por respostas a questões que passaram a me incomodar, relativas às peculiaridades do município. Em Aruanã é possível encontrar, num mesmo ambiente escolar, elementos bem diversos: estudantes indígenas falantes de Inyrubé e Português Brasileiro ou só de Inyrubé; estudantes surdos que se comunicam por meio da escrita em Português, com domínio ou não de Libras, mas todos em meio aos ouvintes, dos quais poucos sabem Libras; imigrantes, filhos de pais brasileiros, não nascidos no Brasil, que não falam ou têm pouca fluência em Português Brasileiro; além de migrantes de áreas rurais da região. Todas essas particularidades são evidenciadas no dia a dia da cidade, concomitante as escolas.

Contudo, afirmamos que as ideologias e concepções também monolinguistas e monoculturalistas refletidas no comportamento sociodiscursivo da população e até mesmo das pessoas envolvidas diretamente com o planejamento educacional e com as políticas públicas voltadas para a educação local privilegiam um discurso onde a realidade sociolinguística vê apenas o Português Brasileiro como língua local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONIFÁCIO, L.P.S. **Contato Linguístico Tikuna-Português no Alto Solimões-Amazonas**: um Estudo sobre a Variedade de Português Falada por Professores Tikuna. Tese (Doutorado em Linguística), UFRJ, 2019.

DICIONÁRIO UNOESTE. Universidade do Oeste Paulista. Presidente Prudente, São Paulo, 2014.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação . **Orientações gerais da rede pública estadual de ensino de Goiás**. 2004.

_____. **Projeto de educação e cultura Maurehi**. Terra indígena Buridina, Karajá, Aruanã, 2008.

HAMEL, R. E. Conflicto sociocultural y educacional bilingüe: el caso de los indígenas otomíesen México. **Revista Internacional de Ciencias Sociales**. Paris: UNESCO, v. 36, n. 1, 1984.

LABOV, W. Padrões Sociolinguísticos. Tradução: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline R. Cardoso. Editora Parábola, 2008.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. (Org.). **Declaração dos direitos linguísticos: novas perspectivas em política linguística**. Campinas: Mercado de Letras/ALB, Florianópolis: IPOL, 2003.

OLIVEIRA, J. P. de. **Regime tutelar e faccionalismo**. Política e religião em uma reserva Ticuna. Manaus: UEA Edições, 2015.

SILVA, N. X. **Políticas linguísticas e planejamento educacional em Aruanã-GO**. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

